

Subdesenvolvimento com abundância de divisas e a Venezuela do século XXI

Carla Ferreira (UFRGS-Brasil)

Como governar este país sem estar absorvido pelos problemas de curto prazo? Como conciliar, mesmo no espírito, tantas possibilidades de fazer coisas – de certa forma os recursos são ilimitados – com a agravação permanente dos problemas? Para que este mundo funcione, *devem* se reproduzir formas de vida que tendem a impedir que os outros problemas se resolvam (FURTADO, Notas, 1957)

O estudo do desenvolvimento dependente latino-americano reserva um capítulo especial para o caso venezuelano pela peculiaridade de seu subdesenvolvimento não estar assentado sobre escassez de capital, mas ao contrário, alimentar-se de sua abundância. Assim, a Venezuela despontou no cenário regional do século XX como um caso paradoxal de excesso de divisas advindas da atividade petroleira acompanhada de grandes disparidades entre a estrutura da produção e a ocupação da força de trabalho, com acentuadas diferenças de produtividade entre os setores, bem como desigual distribuição de renda e baixo padrão de consumo das grandes massas da população. Enfim, carregando todas as mazelas de uma sociedade profundamente desigual, apesar de ser, em 1957, a economia subdesenvolvida com mais alto nível de produto *per capita* existente no mundo.

Este paradoxo venezuelano foi objeto de análise de um dos mais célebres intérpretes do subdesenvolvimento, Celso Furtado, em um diagnóstico da economia venezuelana realizado em 1956-57, com a colaboração de técnicos venezuelanos, a serviço da CEPAL, o qual resultou em um ensaio de 51 páginas e 57 anexos com quadros de séries estatísticas cujo objetivo era explicar o marcado contraste entre o nível de renda e o grau de desenvolvimento do sistema produtivo venezuelano em seu conjunto, e que restou inédito no Brasil até o ano de 2008. Deste diagnóstico podemos destacar:

Em primeiro lugar, analisando o período entre 1945 e 1956, Furtado identifica uma participação muito baixa da agropecuária no produto, fazendo com que a Venezuela se aproxime dos países com altíssimo grau de industrialização. Porém, alerta o relatório, esse índice baixo de participação da agropecuária no produto decorre de uma

disparidade crescente da produtividade e não de um autêntico desenvolvimento, fato este que é acentuado considerando os baixos níveis nutricionais da população e a repercussão desta baixa produtividade sobre a elevação dos preços dos alimentos e, conseqüentemente, dos salários.

Em segundo lugar, o conjunto da produção de bens (agropecuários e industriais) diminuíram sua participação total de 30,1% , em 1945, para 25,7%, em 1956. Logo, se deduz que o desenvolvimento do setor industrial não foi suficiente para contrabalançar o atraso relativo da agropecuária. Disso decorre que, no que se refere à oferta de bens, houve uma substituição de artigos de produção nacional por outros importados. A análise do perfil do consumo indica também que este, apesar de haver crescido significativamente neste período, não o fez em itens de bens de consumo necessários, mas tudo indica que o aumento da renda disponível para consumo se deu de forma muito concentrada. Assim, no bojo de sua análise sobre a forma como se deu o desenvolvimento venezuelano, o relatório afirma que:

a expansão do setor petrolífero foi condição necessária, mas não suficiente, para que desenvolvessem os demais setores. Constitui o verdadeiro elemento dinâmico a renda transferida ao governo. Por outro lado, é a forma como se utiliza essa renda – a orientação dos gastos públicos – que determina a intensidade de absorção de mão-de-obra e recursos naturais disponíveis e de expansão da capacidade produtiva (FURTADO, 2008, p. 49).

Porém, Furtado não deixa de entrever um elemento central desta transmissão do impulso dinâmico seja através da indústria petrolífera de capital intensivo, seja por meio dos investimentos públicos em infra-estrutura ou do setor privado diretamente ligados aos dois anteriores: a tendência a uma absorção relativamente escassa de mão-de-obra. Daí que o autor assevere:

É interessante notar que o desenvolvimento venezuelano, ainda que se apresente em termos muito diferentes do usual das economias latino-americanas, criou prolemas que exigem soluções correntes nessas economias. Com efeito, na quase totalidade das economias latino-americanas os problemas mais fundamentais são a escassez relativa de capital e a reduzida capacidade para importar. A estes dois fatores se deve a lenta absorção do excedente da população. Na Venezuela a situação é praticamente oposta: o sistema tende a afogar-se em excesso de capacidade para importar e de recursos financeiros. Mas esse mesmo processo de afogamento criou o desequilíbrio fundamental entre o nível médio da produtividade e o dos salários monetários – em relação aos países que concorrem no mercado venezuelano. Esse desequilíbrio está na raiz do que chamamos as “peculiaridades” do desenvolvimento da economia deste país. É a causa última do processo crescente e geral de sobremecanização

e da lenta absorção da população do país em atividades de produtividade mais elevada (FURTADO, 2008, p. 57).

Furtado acreditava que uma correta orientação dos investimentos públicos estatais poderia contrarrestar as tendências disruptivas do capitalismo venezuelano se uma série de requisitos fossem observados: encontrar um canal mais amplo para a corrente cada vez mais intensa de poupança privada, evitar o declínio da produtividade média dos novos investimentos públicos, diversificar a economia, investir em pesquisa tecnológica e elevação do nível educacional da população. Para isso, preconizava uma nova agricultura, com elevação da produtividade da mão-de-obra ocupada nos campos sem criar ao mesmo tempo muito desemprego. Ao mesmo tempo, reconhecia que:

“no fundo do problema está o fato de que quanto mais capitalizada é uma atividade produtiva, mais participação tem nos lucros que a elevada produtividade do setor petrolífero oferece ao conjunto da economia por meio do intercâmbio externo. Cria-se assim um círculo vicioso, pois a excessiva capitalização das atividades produtivas implica lenta absorção da força de trabalho em ocupações de produtividade mais elevada, desenvolvimento lento do mercado interno e, portanto, oportunidades mais escassas para novos investimentos (FURTADO, 2008, p. 70).

Para solucionar este gargalo, Furtado propunha, para a realidade de 1957, a redução da disparidade entre o salário monetário (considerado comparativamente alto) e a produtividade mediante um salário invisível, subsidiado pelo Estado, que permitisse ao empresário reduzir seus gastos totais com pessoal, através da ampliação da oferta de serviços de habitação, escolas, hospitais, os quais absorvem parte dos salário monetário, em áreas de expansão industrial. Assim, para Furtado, a chave para os principais problemas que apresentava o desenvolvimento venezuelano de então residia na orientação dos gastos públicos.

Passados 17 anos daquele diagnóstico, em 1974, Furtado volta a analisar a designada *sui generis* realidade histórica venezuelana. Em um contexto de elevação acentuada e constante durante quatro anos dos preços internacionais do petróleo, resume: “É um sistema econômico-social fundamentalmente orientado para o consumo e o desperdício e no qual a renda é muito concentrada e provavelmente tende a se concentrar de forma permanente” (FURTADO, 2008, p. 111-12), pois “a tendência do sistema será no sentido de prosseguir na desorganização do setor agrícola e dos remanescentes das atividades semi-artesaniais, o que levará o governo a ampliar a massa de subsídios

destinados a amparar a população desempregada. Paralelamente, crescerá o coeficiente de importações, particularmente no setor de bens de consumo duráveis” (ib, ibid, p. 122). No que se refere à agropecuária, havia se cristalizado o binômio minifúndio-latifúndio e a reforma agrária havia esbarrado em obstáculos para transformar o *conuquero* em empresário e na ausência de técnicas que garantissem rendimentos em solos tropicais. No relativo à indústria, as condições prevalentes na Venezuela mantiveram as importações no mais alto nível, freando o processo de integração do sistema industrial e reduzindo as dimensões do mercado.

Assim, considerando a evolução da economia naqueles anos, desta vez, Furtado irá preconizar um freio ao consumo supérfluo e uma orientação para a produção que buscasse homogeneizar os níveis de renda média entre zonas rurais e urbanas, através de uma expansão considerável da agricultura, com forte capitalização, elevação do seu nível técnico e nível de renda similar aos das zonas urbanas para os trabalhadores rurais. Desta forma, segundo ele, criariam-se as condições para o crescimento da produtividade no setor industrial, o qual deveria desenvolver-se diversificando-se, sendo esta a chave para a superação do subdesenvolvimento venezuelano. Do contrário, alertava, a Venezuela deixaria de aproveitar a oportunidade histórica de superação do subdesenvolvimento que vivia na década de 1970 e seguiria a regra, pois *via de regra* o subdesenvolvimento tende a reproduzir-se qualquer que seja o ritmo do crescimento da economia.

De lá para cá, o chamado capitalismo rentista (BATISTA, 2006) não conseguiu implementar as medidas preconizadas por Furtado. Seu desenvolvimento manteve, por um lado, um pólo dinâmico, assentado sobre a indústria petrolífera configurada como uma articulação do Estado, transnacionais do petróleo e empresas de comércio de importação e, de outro, um crescente retrocesso das forças produtivas que não pode ser contrarrestada por políticas governamentais.

Assim, a conseqüência estrutural dessa hiper concentração de capital no setor petrolífero foi a atrofiação dos demais setores industriais e agrícolas que não estejam vinculados diretamente a este setor. Esse pólo menos dinâmico, industrial e agrícola, representa o outro lado da moeda da economia petrolífera dependente, marcado pelo retrocesso inclusive do setor agrícola tradicional (café, cacau). Além disso, o comércio de

importação, também encharcado pela lógica rentista e afetado por variações advindas de sua dependência do mercado externo e da variável disponibilidade de capital internamente ao país, assumiu cada vez mais um caráter eminentemente especulativo. Neste contexto, desenvolveu-se um setor de serviços, sobretudo bancários e de comunicações, que dão suporte ao desenvolvimento principalmente do polo petrolífero dinâmico da economia dependente venezuelana.

Apesar disso, a crença de que a renda petrolífera poderia ser utilizada como uma alavanca para o desenvolvimento dos demais setores produtivos industriais e agrícolas mantém-se, assim como antes, atualmente, talvez a única unanimidade nacional venezuelana. Esta convicção foi retomada com força depois das políticas neoliberais do segundo governo Carlos Andrés Pérez e Rafael Caldera, que ao longo das décadas de 1980 e 1990 eliminaram subsídios, suprimiram regulações de preços, promoveram a liberdade de câmbio, o aumento do preço da gasolina e uma maior abertura externa, com assistência técnica do FMI, sem conseguir resultados favoráveis aos objetivos diversificadores da produção nacional venezuelana. Ao contrário, provocando uma crise ainda mais profunda.

Sua conformação histórica como capitalismo petrolífero-rentista produziu, lado a lado com a dependência tecnológica, a presença de uma aguda dependência na esfera alimentar. Esse fenômeno levou a Venezuela “à situação absurda na qual um país com abundante terra fértil importa 75% de seus alimentos” (RABY, 2006, p.234). Essa característica nos traz forte evidência, no capitalismo venezuelano, do fenômeno do divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades de consumo das massas. O abandono da agricultura através de sucessivas décadas fez minguar rapidamente o número de trabalhadores em atividade no campo. Em 1950, 49,9% da população venezuelana vivia em cidades. Em 1970, este número passava a 71,6% e, em 2000, atingia a cifra de 86,9%. Este quadro demográfico de concentração urbana coloca a Venezuela apenas atrás do Uruguai, entre os países sul-americanos; e entre os 12 países com maior concentração urbana do planeta (EL TROUDI, 2010, p.205)¹. O êxodo rural venezuelano apresenta uma particularidade com relação aos demais países dependentes.

¹ Conforme dados citados por El Troudi (2010, p.223), um dos eminentes partícipes do governo Chávez, o déficit de produção nacional de alimentos estaria hoje em 34,05%, enquanto o consumo coberto por produção nacional atingiria 65,95%.

Enquanto na maioria destes a expulsão dos trabalhadores rurais do campo pela mão violenta do latifúndio esteve vinculada à criação de complexos agroexportadores sob controle de uma burguesia agrária subvencionada pelo Estado, na Venezuela ocorreu um duplo dismantelamento das forças produtivas do trabalho e do capital no campo. Tanto a agricultura campesina de subsistência e de abastecimento ao mercado interno chocou-se com sérios obstáculos para desenvolver-se, como a própria produção de médias e grandes propriedades como as *haciendas* do complexo carne-leite localizadas nos *Llanos* e no Oriente (Estado Monagas) tampouco superou níveis de produtividade bastante baixos, considerando as necessidades do consumo do país. Segundo dados da Federación Ganadera Venezolana (FEGAVEN)², a Venezuela importa 50% do leite e 30% da carne que consome. Para fazer frente a esse quadro de dependência alimentar, foi traçada a meta de reduzir a importação de ambos os produtos para, respectivamente, 30% e 10% para 2012 – e tendo como horizonte a busca do autoabastecimento nesses bens alimentares para 2015.

O processo de duplo abandono, do trabalho e do capital, no campo, causado pela lógica rentista do capitalismo petrolero trouxe um quadro de aguda insegurança alimentar:

Es necesario enfatizar que el fracaso agrícola en Venezuela resulta incomprensible al constatar que se cuenta con extraordinarios recursos naturales, incluyendo aproximadamente 58 millones de hectáreas aptas para la agricultura vegetal, forrajera y forestal; más de 50.000 m³ de agua dulce reciclable/persona/año y con las segundas reservas más altas de rocas fosfóricas en el continente. Se cuenta además con una inmensa riqueza petrolera y gasífera que generan enormes recursos financieros que deberían utilizarse para construir las infraestructuras que soporten el desarrollo agrícola y el desarrollo rural. Pero no ha ocurrido así, al contrario, se continúa privilegiando la importación masiva de todo género de automotores, bienes suntuarios y bebidas alcohólicas. La clase dominante ha abandonado la agricultura y el medio rural creando agudos problemas que han resultado en una acelerada migración campesina, contándose hoy en día con sólo el 8,8% de la población económicamente activa ocupada en la agricultura, el área cosechada por habitante de 2.600m² en 1950 se reduce a 740m² en la actualidad; el uso del riego, los fertilizantes, las semillas certificadas y los biocidas es marginal, y también lo es la atención que se presta a la investigación y la extensión agrícola (MONTILLA, 2005, p. 202).

A análise de Montilla revela o problema crônico do retrocesso das forças produtivas na agricultura venezuelana. O resultado de tanto subdesenvolvimento, inclusive na produção de bens primários, é o encarecimento dos produtos que formam a cesta básica

² Entrevista com o Presidente da FEGAVEN. Programa de rádio. Rádio ALBA Caracas. 16 de março de 2010.

(*canasta* básica), produzindo restrições ao consumo entre os trabalhadores e mais pobres e o rebaixamento da capacidade aquisitiva dos salários.

Assim, o que importa reter aqui é essa particularidade da economia dependente venezuelana no que se refere à hipertrofia do setor petrolífero, intimamente relacionada com a atrofia dos demais setores produtivos. Tal padrão de reprodução do capital implica em uma dependência estrutural dos preços no mercado mundial. Por um lado, e em primeiro lugar, dos preços do petróleo, cuja oscilação repercute diretamente sobre os ingressos do Estado e sua capacidade de atuação seja como indutor econômico, ainda que limitadamente, seja como ator econômico e social direto, mediante políticas públicas. Por outro lado, dependem dos preços de todos os demais produtos, sobretudo a cesta alimentar básica, a qual, por sua vez, incide diretamente sobre o preço da força de trabalho e, portanto, sobre os salários (que não conseguem acompanhar as oscilações dos preços dos alimentos no mercado mundial).

O fato é que a pura expansão dos investimentos e gastos Estatais, sob qualquer que seja a estratégia cambial (de valorização ou desvalorização da moeda), além de não resolver estruturalmente o paradoxo da economia dependente, ainda promove a alta dos juros pela maior pressão por liquidez que a demanda Estatal por dinheiro causa. Em geral, os investimentos públicos fazem aumentar as importações diretas do Estado (que não conta com insumos, matérias-primas, máquinas e equipamentos disponíveis para aquisição no mercado nacional). O resultado de todo o esforço, geralmente, consiste em um fortalecimento dos setores financeiros e bancários privados e do setor importador (no caso de uma política cambial apreciada) ou exportador (no caso de uma política cambial depreciada) independentemente do que se possa argumentar em defesa de uma ou outra estratégia cambial a fim de legitimá-la. Ou seja, fortalece os setores rentistas e na melhor das hipóteses, o setor produtivo exportador, permanecendo intacto o problema da produção para abastecimento do mercado interno e a atenção às necessidades de consumo dos trabalhadores e do povo.

Assim, como resultado desse quadro, persiste historicamente a dependência alimentar venezuelana, aprofundando também a dependência tecnológica. Entre os indícios dessa dependência, destacamos:

- 1) A manutenção ou aprofundamento do grau de dependência de importação de produtos das principais cadeias alimentares do venezuelano e da venezuelana, como laticínios, carne de frango, milho, arroz, açúcar, frutas, hortaliças, café, cacau, entre outras (SÁNCHEZ, 2005, Quadro p. 196);
- 2) A redução da produção nacional de alimentos *per capita* de diversos produtos desde 1948 até 2000 (raízes e tubérculos, cereais, leguminosas, frutas, entre outros), o que fez da Venezuela uma das três regiões ou países do mundo em que se reduziu o consumo calórico entre 1970 e 1997, dado o colapso do setor agrícola venezuelano (MONTILLA, 2005, p. 199-200). Tal situação torna vulnerável qualquer política sustentada de promoção da segurança alimentar da população;
- 3) A persistência de indicadores de pobreza, apesar da imensa riqueza nacional venezuelana, seja se utilizamos o indicador de pobreza baseado nas Necessidades Básicas Insatisfeitas (calculado pelo INE com base em lares com crianças que não freqüentam a escola, com abastecimento crítico e residências inadequadas, sem serviços básicos e alta dependência econômica), seja se utilizamos o indicador unidimensional que confronta a renda familiar com o preço da cesta básica (BOND, 2005);

É neste contexto de retrocesso das forças produtivas em diversos setores que cresce o interesse sobre a situação da indústria venezuelana e em particular sobre a situação da força de trabalho, os quais, segundo Furtado, constituíam fatores fundamentais para qualquer estratégia de enfrentamento das condições do subdesenvolvimento. Desde 1998, a Venezuela vem sendo palco de um processo político que afirma estar construindo uma transição particular para o socialismo (GIORDANI, 2009) e cujo projeto político retoma a máxima de Uslar Pietri, enunciada em 1936, de “*sembrar el petroleo*”. Este projeto, inúmeras vezes retomado desde então, consiste em última instância naquele programa proposto por Furtado, em 1974. Porém, e a despeito da boa ou má fé dos governos de turno, nos há fortes indícios de que este programa é inexequível nos marcos do capitalismo rentista. Vejamos um pouco mais de perto a situação do setor industrial e, em particular, o petroleiro venezuelano atual, iniciando pelas condições da Força de Trabalho.

Os trabalhadores industriais empregados nos dois principais núcleos industriais do país estão espalhados em diversas regiões que compõem um cordão em torno à região metropolitana da Capital. O primeiro núcleo industrial, petroleiro, espalha-se pelo

entorno do lago Maracaibo, estado Zulia, na costa caribenha, onde se localizam as atividades tradicionais de exploração e refino do petróleo e gás — seja pelo Estado, através da Petroleos de Venezuela (PDVSA), seja pelas transnacionais. Este núcleo tem ramificações com a segunda região, de Falcón, onde estão as maiores refinarias do mundo, no Complexo Refinador de Paraguaná, e a região de Puerto La Cruz (refinarias de Puerto La Cruz e El Palito), junto a Baía de Caraguao. Ramifica-se, também, mais ao sul, com as atividades de descoberta mais recente, situadas às margens do caudaloso Rio Orinoco (2.140 km), que corta pela metade o território nacional desde a fronteira colombiana, em Puerto Ayacucho, até o Atlântico, no Delta Amacuto.

O segundo núcleo industrial importante se concentra na região de Guayana, no sudeste do país, e articula um conjunto de indústrias de exploração de recursos hídricos, florestais, de ferro, carvão, ouro, diamantes, bauxita, calcário, entre outros. Constituído a partir do ano de 1967 mediante políticas governamentais de fomento, nacionalizações e estímulo ao setor privado, este núcleo tem como seu centro propulsor a Corporación Venezolana de Guayana, um conjunto descentralizado de empresas estatais que articula 15 empresas (entre elas, CVG Alcasa, Alunasa, Alucasa, Cabelum, Tecmin, Ferrocasa, Bauxilum, Conacal, Minerven, Carbonorca, Ferrominera, Venalum, Proforca, CVG Internacional, Fundeporte) e 18 mil funcionários. O núcleo industrial de Guayana concentra-se em atividades eletrointensivas de exportação e é considerado pelo governo Chávez o núcleo endógeno industrial complementar ao petroleiro de maior importância para as estratégias de desenvolvimento diversificado da indústria nacional, ainda que submetido a prolongado sucateamento e dificuldades estruturais de sustentação e atração de capitais, os quais encontram suas causas na baixa produtividade e no estrangulamento do mercado interno.

Os trabalhadores industriais empregados nestes dois núcleos poder ser (a) ou funcionários fixos (cerca de 45%) ou (b) trabalhadores contratados ou temporários, com contratos precários (cerca de 19%), sejam eles empregados (públicos ou temporários) da PDVSA e CVG ou privados, das transnacionais³. Os operários e trabalhadores

³ Segundo dados do censo de 2001 divulgados pela CEPAL, que utilizamos aproximativamente, entre o total da população ocupada, os empregados (podendo incluir aí todos os funcionários públicos, ampliando, portanto, para além do universo que nos interessa diretamente para esta análise) e operários contratados representam cerca de 12% da força de trabalho ocupada, enquanto que 6,82% são trabalhadores ocasionais.

industriais desses dois núcleos compreendem a maior parte dos 30% da força de trabalho ocupada na indústria nas cidades, sendo que a participação da classe operária em relação aos demais trabalhadores apresenta tendência de ligeira baixa (de 31,8%, em 1981, para 30%, em 2008)⁴ nos últimos 17 anos, ou seja, uma redução da classe operária urbana industrial em quase 2 pontos percentuais, sendo que, entre 1980 e 2010, verificamos, sintomaticamente, o crescimento de mais de 2,5% (de 6,0 para 8,6 pontos percentuais) na taxa de desemprego⁵.

Mas onde estão ocupados os demais 70% da força de trabalho do país? Segundo dados da Unidade de Estatísticas Sociais da CEPAL baseadas nas pesquisas à domicílio publicadas em novembro de 2010, cerca de 60% dos demais trabalhadores venezuelanos estão ocupados em atividades improdutivas (estado, comércio, serviços de comunicação e financeiros). E cerca de 10% são trabalhadores dedicados a atividades de baixa produtividade (trabalhadores por conta própria), pesca artesanal, agricultura de subsistência etc⁶.

Essa imensa massa de trabalhadores improdutivos, apesar de não contribuir para a criação do valor, participa de sua realização através do consumo. Porém, como já foi dito, este consumo se dá em grande parte mediado pelo Estado através da distribuição da renda petroleira. É esse consumo mediado pela renda uma das características importante do padrão de reprodução do capital na economia venezuelana. Um exemplo desse mecanismo pode ser verificado durante o governo Chávez, sobretudo a partir de 2003, através dos programas sociais, os quais se converteram em poderosos mecanismos de distribuição de renda — a qual apresentou uma redução entre mais ricos e mais pobres na razão de quatro pontos até 2008 (CEPAL, 2011). Porém, uma maior ou menor eficiência na distribuição da renda por parte do Estado, sobretudo em períodos de alta nos preços do petróleo, tem alcance reduzido, uma vez que não implica necessariamente em políticas que rompam com os vícios e determinações da economia dependente e do padrão petroleiro-rentista. Neste contexto, as políticas sociais, se por

⁴ Fonte: CEPAL – CEPALSTAT – Estadística e Indicadores Sociales, Empleo: Estructura de la población ocupada urbana total por grupos ocupacionales CIUO 1968/+ (porcentaje del total de la población ocupada urbana). Noviembre del 2010.

⁵ Fonte: CEPAL – CEPALSTAT – Estadística e Indicadores Sociales, Empleo: Tasa de desempleo (Tasa anual media). Diciembre del 2010.

⁶ Fonte: idem.

um lado, atendem a demandas inadiáveis por saúde, educação, regularização fundiária, resultado de conquista obtida através de lutas sociais ao longo de décadas de mobilizações, por outro lado, não afetam em momento algum o controle sobre a produção e os paradoxos da sociedade petroleira, com vista a um desenvolvimento mais equilibrado e capaz de liberar as forças produtivas da nação.

Em 2011, podemos afirmar que, apesar da maior distribuição da renda propiciada por estas políticas, o prolongamento desses programas sociais no tempo, sem uma concomitante ação de enfrentamento eficiente dos paradoxos da estrutura produtiva do país, transforma esses programas em meros mecanismos de funcionalização da pobreza e subordinação de uma imensa quantidade de trabalhadores em condições de vulnerabilidade social aos interesses políticos do governo. Reproduz, assim, de forma ampliada, o clientelismo já característico da sociabilidade petroleiro-rentista.

Ou seja, a abundância de recursos gerados pelo petróleo, mediante o mecanismo da renda e seus ilusionismos, permite a ampliação do consumo total (com uma taxa de -1,1 em 1998, passa a 13,2, em 2004 e 5,1, em 2008) mesmo com o crescimento do desemprego (+2%) e o encolhimento lento da força de trabalho empregada na indústria. Além disso, os índices elevados de inflação, que são pelo menos três vezes superiores à média dos demais países da América Latina, e o quadro de desmonte dos setores que produzem produtos de maior valor agregado na indústria⁷ apontam uma situação de aprofundamento dos problemas estruturais da dependência os quais são de difícil solução, mesmo nos padrões capitalistas normais, e sem dúvida tornam ainda mais tortuoso o caminho para o projeto socialista que se anuncia como objetivo explícito, ainda que pouco definido, do processo bolivariano da Venezuela.

O aprofundamento da dependência implica em uma queda nas condições de reprodução da força de trabalho, cuja precariedade é uma característica intrínseca das formações dependentes. Essa realidade se evidencia nos anos de governo Hugo Chávez não só pela

⁷ Segundo o Índice de Laspeyres del Volumen de la Producción da Indústria Manufacturera Privada divulgado pela CEPAL, verifica-se uma queda na indústria de transformação, aquela que produz produtos de maior valor agregado, particularmente nos ramos de máquinas e equipamentos e materiais elétricos; ao passo que os setores que elevaram sua participação no volume da produção industrial são predominantemente da indústria extrativa, de baixo valor agregado, como mineração e madeira. Ainda que haja crescido bastante a indústria do papel e gráfica, este crescimento corresponde ao papel definido para a região na divisão internacional do trabalho. Ou seja, uma crescente especialização produtiva em setores de baixo valor agregado e um aprofundamento da dependência.

manutenção e incremento da taxa de desemprego, mas pela incapacidade de reverter os índices de ocupação da força de trabalho em atividades precárias ou informais que são marcadas pela superexploração do trabalho, seja através da extensão das jornadas de trabalho seja pela desregulamentação e insubordinação às leis de proteção ao trabalho.

Assim, em 2008, a Venezuela conta com um índice de 48,8% da população ocupada urbana nesta condição de informalidade, contra 39,1% do ano de 1990. Ou seja, mesmo com todos os programas e bolsas sociais, trabalho temporário em larga escala através das “misiones”, entre outras medidas de fomento às cooperativas, nacionalizações etc, o governo Chávez sequer alcançou o índice dos anos mais difíceis do período neoliberal venezuelano, concentrados nas décadas de 1980 e 1990.

Diante desta realidade e a despeito das intensões virtuosas ou não de diversos governos em superar os paradoxos da economia petroleira, parece inevitável o questionamento sobre as efetivas possibilidades de o Estado atuar como fator de compensação da irracionalidade econômica particular desta economia. Furtado, em suas reflexões de 1957, dizia:

“Se se permitisse o jogo espontâneo das forças do mercado, a Venezuela tenderia a ser transformada numa economia principalmente monoprodutora, com grande parte da sua população desempregada ou subempregada e com uma moeda ainda mais sobrevalorizada; os recursos provenientes do setor petroleiro seriam transferidos para os consumidores através de um forte subsídio cambial oculto; os salários monetários excessivamente elevados tornariam impraticável qualquer investimento destinado a substituir importações; a falta de investimentos nesse importante setor reduziria a necessidade de investimentos em infra-estrutura; os recursos financeiros disponíveis tenderiam a emigrar e o desenvolvimento geral do país seria muito lento ou nulo (FURTADO, 2008, p. 54-55)

É provável que o teórico da CEPAL tenha sobrevalorizado o papel do Estado como agente capaz de conter as tendências do capitalismo rentista e seu círculo vicioso, o qual obedece, como ele mesmo reconheceu, a lógica da concentração e centralização do capital em um setor tão mais lucrativo e rentável do que os outros, como é o petroleiro. Assim, a transformação estrutural preconizada por Furtado talvez dependa mais do que ele pode admitir de um abalo social mais profundo.

Na busca de uma resposta a esta questão, estamos propondo um programa de pesquisa que se dedique a uma análise de história comparada do padrão de reprodução do capital

na economia venezuelana nos períodos 1970-1980 e 2000-2010. Segundo Osório (2004), o conceito de padrão permite estudar a reprodução do capital no tempo e no espaço, interrogando de forma combinada o problema da produção e reprodução do valor e as formas materiais que este assume ao encarnar-se em determinados valores de uso (analisando aspectos qualitativos como o quê, como e para quem se produz). A análise dessa trajetória, acreditamos, nos permitirá romper a segmentação usual nas análises econômicas e das ciências sociais e permite estabelecer mediações entre os níveis mais gerais de análise e os histórico-concretos. O Padrão de Reprodução do Capital expressa as distinções de como o sistema do capital se reproduz em um sistema mundial diferenciado. Assim, se o capitalismo dependente é uma realidade do sistema mundial diferenciado, o capitalismo petrolero rentista é uma realidade específica da dependência.

Em Marx existem duas fontes onde se busca a resposta analítica para construir a proposta do padrão de reprodução do capital: (1) nos esquemas de reprodução e (2) nos estudos sobre os ciclos do capital, ambos concentrados no Livro II de O Capital. Nos esquemas de reprodução se encontra a diferenciação entre os Departamentos I e II, respectivamente, meios de produção (DI) e bens de consumo necessários (DIIa) ou bens de consumo de luxo (DIIb). Com relação ao estudo dos ciclos do capital, encontra-se a formulação de que o verdadeiro ciclo do capital industrial⁸ não é somente a unidade do processo de circulação e produção, mas a unidade de seus três ciclos, os quais são compostos pela transformação do capital nas formas do capital monetário, produtivo e mercadoria [D – M (FT e MP)... P.... M' – D'].

A noção de padrão de reprodução do capital, então, ao enlaçar o problema da integração da valorização e das formas materiais que esta assume ao encarnar-se em determinados valores de uso, o faz graças ao aporte metodológico de Marx para o exame do valor em seu movimento, através do ciclo do capital e da metamorfose da mercadoria nas três formas assumidas no ciclo do capital industrial. E, graças, também, aos esquemas de reprodução, aportes que quando analisados conjuntamente permitem pensar o movimento do capital e suas contradições em termos de valores de uso. Através desse

⁸ Tome-se aqui capital industrial pelo processo produtivo que pressupõe a separação entre FT e MP e envolve a repetição periódica da transformação do capital em suas formas monetária, produtiva e mercadoria, ou dito de outra forma, da transformação sucessiva do capital em mais-valia e em novo capital, em sua continuidade

prisma, amparando-se nessas categorias, se pode estabelecer mediações entre níveis mais gerais de análise e níveis menos abstratos (histórico concretos), sustenta Osório.

No caso do nosso estudo sobre o capitalismo venezuelano, nosso objetivo é buscar uma compreensão estrutural das contradições do padrão de reprodução especificamente petrolífero rentístico e dependente constituído historicamente no país. Com isso, pretendemos contribuir com uma perspectiva de análise que ao menos auxilie no esforço de compreensão dos paradoxos desse regime de acumulação. Para isso, vamos buscar ao responder as seguintes questões:

1 [D] Quem investe, quanto investe e onde investe (quais setores e ramos) e para produzir o quê (produtos)?;

2 [D-MP] Onde são adquiridos insumos, equipamentos, maquinarias e tecnologia, economia interna ou mercados externos?

3 [D-FT] Qual o valor diário da FT (valor total decomposto em valor diário, para verificar o tempo de trabalho necessário e excedente); quantidade de trabalhadores contratados, sua qualificação, os tipos de contrato que prevalecem na compra e venda de FT, os setores ramos e indústrias que demandam FT em determinados momentos históricos, as características diferenciadas de FT, as condições em que aparece sua demanda, sua localização territorial?

4 [...P...] Como se dá a criação de valor? Para isso, é importante analisar a forma como o capital consome a FT. Há quatro formas em que se pratica o incremento da taxa de exploração (relação entre Capital Variável e Mais Valia): (1) compra de FT por baixo de seu valor; (2) prolongamento da Jornada de Trabalho; (3) incremento da produtividade do trabalho; (4) intensificação do trabalho.

5 [M'-D'] A que mercados se dirige a produção? Qual o tipo e quantidade de valores de uso lançado no mercado? Quanto ao tipo, se meios de produção ou bens de consumo, e entre os bens de consumo, se necessários ou de luxo. Essa produção se destina ao mercado interno ou externo e em que proporção?

6. Com relação ao mercado interno: Quem e o que consome? De onde provém os bens de consumo, mercado interno ou importações?

Acreditamos que a ferramenta teórica do padrão poderá nos oferecer um instrumental para pensar o paradoxo da economia venezuelana a partir da perspectiva da superação da dependência, não tanto em sua dimensão política, mas no que se refere às tarefas propriamente econômicas colocadas neste sentido, para efeito de análise.

Bibliografía

- BATISTA, Asdrúbal. El relevo del Capitalismo Rentístico. Hacia un nuevo balance de poder. Fundación Empresas Polar. Caracas, 2006.
- BOND, Ricardo Villasmil. La superación de la pobreza. *In:* TAYLHARDT, Leonardo, CASTILLO, Ricardo e MORALES, Agustín (Orgs.). Globalización, Integración económica y Seguridad Alimentaria. Universidade Central de Venezuela, Facultad de Agronomía de maracay y Fondo Editorial Tropykos. Caracas, 2005.
- CEPAL – Portal de Estatísticas da CEPAL na internet www.eclac.org, consultado em janeiro de fevereiro de 2011.
- CORONIL, Fernando. O Estado Mágico. Naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela. Nueva Sociedad y Consejo de Desarrollo Científico y Humanístico de la Universidad Central de Venezuela. Caracas, 2002. (1a. Edição. The University of Chicago Press, Chicago, London, 1997).
- EL TROUDI, Haiman. La Política Económica Bolivariana (PEB) y los dilemas de la transición socialista en Venezuela. Centro de Estudios Políticos Económicos y Sociales (CEPES) y Monte Ávila Editores. Caracas, 2010.
- FURTADO, Celso. Ensaio sobre a Venezuela. Subdesenvolvimento com abundância de divisas. Rio de Janeiro. Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2008.
- GIORDANI, Jorge. La transición venezolana al socialismo. Vadel Editores, Caracas, 2009.
- GUTIÉRREZ, Alejandro. Políticas macroeconómicas y sectoriales: impactos sobre el sistema agroalimentario nacional (1999-2003). *In:* TAYLHARDT, Leonardo, CASTILLO, Ricardo e MORALES, Agustín (Orgs.). Globalización, Integración económica y Seguridad Alimentaria. Universidade Central de Venezuela, Facultad de Agronomía de maracay y Fondo Editorial Tropykos. Caracas, 2005.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialectica de la Dependencia. Ediciones Era. Mexico, 1974.
- MONTILLA, J.J. La inseguridad agroalimentaria en Venezuela. *In:* TAYLHARDT, Leonardo, CASTILLO, Ricardo e MORALES, Agustín (Orgs.). Globalización, Integración económica y Seguridad Alimentaria. Universidade Central de Venezuela, Facultad de Agronomía de maracay y Fondo Editorial Tropykos. Caracas, 2005.
- RABY, Daiana. Democracia y revolución: América latina y el socialismo hoy. Monte Ávila Editores. Caracas, 2008.
- SÁNCHEZ, Miguel Ángel Arvelo. Empresas rurales, eslabón perdido? *In:* TAYLHARDT, Leonardo, CASTILLO, Ricardo e MORALES, Agustín (Orgs.). Globalización, Integración económica y Seguridad Alimentaria. Universidade Central de Venezuela, Facultad de Agronomía de maracay y Fondo Editorial Tropykos. Caracas, 2005.